

DEZEMBRO 2021

# BROTÉRIA

CRISTIANISMO E CULTURA

Diretor	António Júlio Trigueiros SJ
Conselho de direção	Francisco Sasseti da Mota SJ João Norton de Matos SJ Vasco Pinto de Magalhães SJ
Conselho de redação	Carlos Capucho Francisco Malta Romeiras Guilherme d'Oliveira Martins Joaquim Sapinho José Carlos Seabra Pereira José Souto de Moura Manuel Braga da Cruz Margarida Neto Miguel Corrêa Monteiro
Caderno Cultural Revisão de texto	Madalena Tamen Maria Benedita Soares Franco Teresa Esteves da Fonseca
Comunicação e imagem	Benedita Pinto Gonçalves Mané Peixoto
Design gráfico Impressão e acabamentos	Brotéria Agir – Produções Gráficas Lisboa, Portugal
Propriedade	Brotéria – Associação Cultural e Científica NIPC 503312070
Direção, administração, assinaturas e distribuição	Rua de S. Pedro de Alcântara, 3 1250–237 Lisboa, Portugal Telefone 213 961 660 revista@broteria.org www.broteria.org
Assinatura 2021 Assinatura Digital Número avulso IBAN	Portugal 60€ / Outros países 100€ 40€ Portugal 8€ / Outros países 12€ PT50 0007 0101 0046 1660 0022 5
ISSN Depósito legal Tiragem Periodicidade	0870–7618 54960 / 92 1200 exemplares Mensal

363 Religião  
A FÉ QUE SE CELEBRA.  
RITO LITÚRGICO E MEDIAÇÃO  
DO CORPO  
José Frazão Correia SJ

A fé que se celebra no rito litúrgico é mais dita pelos gestos que se fazem ou que não se fazem do que pelo significado nocional que se dá às palavras que se pronunciam. Porém, *o conteúdo nocional* da fé tende a sobrepor-se à *ação ritual que implica a mediação corpórea*, que é o específico da liturgia. A fase atual de desconfinamento e de maior liberdade de movimentos, passados quase dois anos de restrições e de contenção corpórea, apresenta-se particularmente propícia para revalorizar a inteligência da fé por meio do rito, enquanto lugar visível e tangível, linguagem elementar e complexa que realiza aquilo que os mistérios da fé dizem.

370 Bíblia  
BÍBLIA E RACISMO:  
TEXTO, CONTEXTOS, PRETEXTOS  
Francisco Martins SJ

A história do filho de Noé, Cam, e da maldição do filho deste último, Canaã, transformou-se pela pena de intérpretes judeus, cristãos e muçulmanos numa etiologia da negritude e da escravatura dos africanos negros. Trata-se da chamada "dupla maldição de Cam", porventura um dos episódios mais funestos da história da recepção da tradição bíblica no seio das sociedades humanas. O presente artigo é um estudo breve deste fenómeno com o intuito não tanto de responder à difícil e porventura extemporânea questão do racismo ou "proto-racismo" da Bíblia, mas de ilustrar o "uso" e "releitura" do texto das Escrituras no contexto da discriminação contra o grupo de seres humanos que historicamente mais sofreu com o flagelo do racismo: os africanos negros.

382 Arquitetura e História  
DO ESPÍRITO DO LUGAR  
AO LUGAR DO ESPÍRITO:  
A MEMÓRIA-MARTÍRIO  
A GONÇALO DA SILVEIRA  
EM TRÁS-OS-MONTES  
Catarina Capitão  
e Carla Garrido de Oliveira

Em terras transmontanas da família Távora e no ano em que se assinalam os 500 anos do nascimento de Gonçalo da Silveira, é a memória sobre o seu martírio em 1561 que aqui protagoniza. Pequena mas extraordinária edificação, o experimentalismo arquitectónico da obra expande-se tanto na plena simbiose com o território e a paisagem como na carga simbólica, entre o *genius loci* e o espírito do mártir jesuíta português. Considerado como de invocação de São Gonçalo de Amarante, e assim terá sido a ermida que o antecedia, os argumentos expostos concorrem para que o propósito e função do templete sejam incontornavelmente os de memorar a missão religiosa mas também política que Silveira integrou. À luz de tratar-se de um Martírio, ficam abertas novas perspectivas sobre a sua datação, entre 1571 e 1720.

DO *ESPÍRITO DO*  
*LUGAR AO*  
LUGAR DO *ESPÍRITO*

*A MEMÓRIA-MARTÍRIO*  
A GONÇALO DA SILVEIRA EM  
TRÁS-OS-MONTES

Catarina Capitão

FAUP— MESTRE EM ARQUITETURA

Carla Garrido de Oliveira

FAUP – DOCENTE E ARQUITECTA

ARQUITETURA  
É HISTÓRIA

É de extrema mas tranquila comoção a experiência do Lugar quando nos deixamos acolher pela paisagem da edícula dedicada a Gonçalo da Silveira, entre o estremeamento dos sentidos e a inquietude provocada por tão singular *Memória* construída. Resguardada pela acritude dos caminhos percorridos, solidamente assente no maciço rochoso, abeirada sobre a fraga onde salta a ribeira em tempos de águas, secundada por vetustos carvalhos e pelo seco sibilhar do vento, velada ainda pela ruína de uma ermida da família Távora, a pequena edificação na Quinta Nova em Penas Róias fita o amplo horizonte protegida pelas serras da Castanheira e de Variz, tanto escapando como oferecendo-se ao(s) tempo(s) e às tentativas de interpretação do(s) seu(s) significado(s).



[1]

[2]

## I

Ser esta *Memória* dedicada a Gonçalo da Silveira (1521-1561), padre jesuíta mártir em Monomotapa no Sudeste africano, é proposta ousada que aqui se apresenta, pois que fontes e referências da mais diversa natureza apontam como seu orago São Gonçalo de Amarante. Não é intenção preterir o padroeiro dos caminhos, até pela longa tradição de peregrinação por estas paragens, incluindo os de Santiago, e porque uma ermida de sua invocação aí fora ordenado construir, encontrando-se hoje em ruínas; contudo, tanto o *Espírito do Lugar* como a pequena e singular edificação centralizada instigam o questionamento do seu significado.

Sobretudo qual então o mote para tão insólita opção arquitetónica, algures em Trás-os-Montes? Composição centralizada, reme-

tendo para a cultura clássica grega e romana pré-cristã, e que nos primeiros séculos do cristianismo é particularmente dedicada a baptistérios ou martírios, relacionados respectivamente com o primeiro e último sacramentos, sobretudo se em memória de um guerreiro da fé e especialmente se martirizado em Seu nome. Retomada com alguma intensidade no renascimento, maneirismo e barroco dos séculos XVI a XVIII, nomeadamente em Itália, Espanha e Portugal, a preferência por este tipo arquitectónico ocorre maioritariamente em contextos humanistas e eruditos, decorrente de um propósito diferenciador e investido de amplo significado simbólico – assim é possível enquadrar o Monóptero de Penas Róias. Segundo Vitruvius, arquitecto romano do século I a.C., uma das duas variações do tipo monóptero consiste em templo circular, elevado sobre um pódio, sem cela mas com murete – ou pedestais e guardas ou cancelas fixas – definindo um único ponto de entrada no pequeno recinto; no murete ou pedestais assentam as colunas que por sua vez sustentam o entablamento onde repousa a cúpula; no centro e em pedestal próprio, uma estátua representando a quem fora dedicado. O Monóptero da Quinta Nova em Penas Róias singulariza-se ainda pela divisão em seis partes – simbolizando a morte – e pelo vigoroso aperto dos seis fustes torsos, ou salomónicos, das seis colunas; no seu estado actual o recinto é praticamente aberto, restando de pé ou já no chão partes de cancelas em número insuficiente para definir apenas um intercolúnio como momento de entrada; a cúpula, em tijolo e única excepção em obra inteiramente pétreo, encontra-se em parte derruída, ameaçando desmoronar-se definitivamente. Ao enredo desta caracterização tipológica e morfológica acrescentar-se-á, adiante, o questionamento da cronologia e possíveis autores da obra, desde o comitente ao arquitecto, e, por inerência, do seu ‘modo’ construtivo, uma vez que a proposta de tratar-se de obra barroca do início do século XVIII se afigura tão circunscrita e subordinada a uma codificação sumária quando o ser dedicada a São Gonçalo de Amarante.

Assim, e além do tipo ‘monóptero’ referente à antiguidade clássica pré-cristã, em contexto artístico-arquitectónico ‘memória’ consiste em escultura, obelisco, templete ou qualquer outra edificação de dimensão variável erigida ‘em memória’ de algum feito e-ou de alguém que o protagonizou; e se os acontecimentos em causa envolveram a morte violenta em guerra de fé, e assim alguém martirizado, o acontecimento-martírio poderá ser memorado através de um edifício-martírio, *martyrium* ou simplesmente ‘martírio’.<sup>1</sup>

1 Se para a antiguidade clássica referimos Vitruvius, no contexto cristão e do renascimento clássico, refira-se o modelo do templete de San Pietro in Montorio, primeira década do século XVI, de Donato Bramante.

Um dos pioneiros da missão jesuíta de um mundo primeiramente abeirado da globalização, o que poderá então vincular Gonçalo da Silveira ao Monóptero de Penas Róias em Mogadouro?

Por falecimento de sua mãe no parto, Gonçalo da Silveira, filho de Luís da Silveira, passa a sua infância e juventude em Mogadouro ao cuidado de sua irmã, Filipa de Vilhena, e de seu marido, Luís Álvares de Távora,<sup>2</sup> recebendo a sua primeira formação com os franciscanos de Santa Marina La Verde,<sup>3</sup> cerca de 30km a Sul de Mogadouro em Salto de Aldeadávila, Salamanca, na margem nascente do Douro, e no qual em 1523 se estabeleceram Estudos de Gramática.

A partir de 1542 a sua formação continuará em Coimbra, primeiro com os agostinhos de Santa Cruz, ingressando depois no recen-tíssimo noviciado do colégio de Jesus então em fundação, e de aí em diante abraçando a vida missionária e apostólica aquém e além-mares, de que Manuel Vilas-Boas Tavares fez a mais recente síntese.<sup>4</sup> O trágico desfecho da acção e vida do padre jesuíta Gonçalo da Silveira dá-se no Império de Monomotapa, localizado sensivelmente a sudoeste de Tete e já no actual Zimbabué, na noite de 15-16 de Março de 1561, por estrangulamento com corda, fruto de intriga de enredo controverso, mas que certamente se enquadrava tanto na esfera da influência religiosa, disputada tanto por cristãos como por muçulmanos, como sobretudo no âmbito dos enormes interesses político-militares e comerciais que o território oferecia.

O sucedido tem implicações várias na acção dos portugueses, não apenas no projecto de missão dos jesuítas, mas também constituindo argumento político para a quebra de relações pacíficas e a investida do rei D. Sebastião contra o império Monomotapa. Nesse mesmo ano de 1561 são elaborados diversos registos do ocorrido pelos companheiros de Gonçalo da Silveira e, em 1567, por carta régia de D. Sebastião de 1563, Manuel Coutinho, primeiro administrador eclesiástico de Moçambique, inicia o processo de beatificação,<sup>5</sup> que contudo apenas será formalizado em 1632-1633 instruído respectivamente nas

2 13.º Senhor de Távora e 5.º Senhor de Mogadouro. O senhorio dos Távora na Raia Transmontana remonta às primeiras doações à Ordem do Templo.

3 CORREIA, Francisco, *O Venerável Padre Gonçalo da Silveira*, Editorial A.O. Braga, 2006, p. 00. Com notícia dos primeiros franciscanos em Mogadouro apenas na primeira década de Seiscentos, o convento será financiado cerca de 1620 por Luís Álvares de Távora, 15.º Senhor de Távora e 7.º Senhor de Mogadouro.

4 TAVARES, Manuel, "Gonçalo da Silveira: Um jesuíta da primeira globalização", *Brotéria*, 192-3, Março 2021, pp. 249-264.

5 CORREIA, F., *op. cit.*, p.71.



cúrias diocesanas de Évora e Cochim.<sup>6</sup> Em 1627 Filipe III escrevera ao Papa no sentido da aceitação do pedido de beatificação e, em 1629, o pontífice terá inscrito Gonçalo da Silveira no Livro dos Bem-Aventurados.<sup>7</sup> Sublinhe-se neste breve aparte o envolvimento directo dos monarcas, observando ainda que Luís Álvares de Távora,<sup>8</sup> filho de Luís Álvares de Távora e de Filipa de Vilhena e da geração de Gonçalo da Silveira, foi um dos muitos nobres portugueses que com D. Sebastião pereceram em 1578 em Alcácer-Quibir.

Estrangulado com uma corda e lançado ao rio Musengezi... assim se perdeu o corpo do mártir Gonçalo da Silveira na passagem do jesuíta para a vida além da morte.

Voltemos então às seis colunas torsas da Memória junto da ribeira de São Gonçalo na hoje Quinta Nova, outrora integrante da Quinta da Nogueira, e antes ainda da Quinta de Mergão Frio,<sup>9</sup> em Penas Róias, Mogadouro.

### III

Saibam quantos este instrumento de doação por esmola para sempre virem que no ano de 1561 aos oito dias de Junho em Lisboa nas casas e aposento onde repousa o senhor Luís Álvares de Távora do Conselho d'El Rei Nosso Senhor e senhor da vila de Mogadouro estabeleceu a presente com a Senhora Dona Filipa de Vilhena sua mulher e logo por eles foi dito perante mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas que Fernando Álvares ermitão da Igreja Ermida de Santiago do termo da dita Vila de Mogadouro e que presente estava tinha por sua devoção ordenado de fazer uma ermida na Quinta de Mergão do termo da sua vila de Pena Róias do bispado de Miranda da invocação do bem-aventurado» São Gonçalo na qual se possa dizer a missa e celebrar o ofício divino «para o que dito ermitão lhes pedia que lhes dessem sua licença e autoridade para fazer a dita ermida o que eles ditos senhores lha dão e lhes aprazia que ele dito ermitão fizesse a dita ermida na dita sua quinta de Mergão Frio, porque conforme ao sagrado concílio tridentino isto poderem, sem obstar sem se ditar alguma coisa. À dita ermida para se poder refazer e consertar quando for necessário e eles ditos senhores por sua livre vontade e por serviço de Deus e do bem-aventurado São Gonçalo de cuja invocação há-de ser a ermida e por este público instrumento disseram que obrigavam

6 TAVARES, M., *op. cit.*, p.263.

7 CORREIA, F., *op. cit.*, p. 71.

8 14.º Senhor de Távora e 6.º Senhor de Mogadouro.

9 Mergão ou Margão, Margão Frio por contraste com o clima quente de Margão, Índia, seria necessário averiguar.

e hipotecavam e de feito obrigarão e hipotecarão tudo o que agora rende a dita sua quinta que se chama a de Mergão Frio e todo o rendimento de outras duas terras que estão junto da dita quinta onde tudo é foro e isento no qual se obrigarão e hipotecarão o conserto e reparo da dita ermida para sempre de tudo o que for feita e ornamentada a dita ermida pelo ermitão para o que sendo caso que a dita ermida tenha necessidade de algum ornamento ou de outra alguma coisa para que decentemente se possa celebrar nela ofícios divinos se faça pelos rendimentos que há rol a dita quinta com tal condição que eles ditos senhores e seus sucessores que seu morgado sucederem sejam padroeiros da dita ermida e possam nela pôr e apresentar ermitão depois do falecimento do dito Fernando Álvares e tirá-los cada vez que quiserem e o dito Fernando Álvares não possa em sua vida pôr ali outro ermitão dentro destas condições e desta maneira disseram eles senhores que faziam a dita doação e se obrigam a fazer sempre boa segura e de paz.<sup>10</sup>



[3]

10 Inácio de Varjão Gravo [1571, tabelião] *apud* MOURINHO, António, "Documento n.º 261", *Documentos para o Estudo da Arquitectura Religiosa na Antiga Diocese de Miranda do Douro-Bragança: 1545 a 1800*, Tipalto – Tipografia do Planalto, 2009, pp.164-165.

Tinha a igreja matriz de Penas Róias anexa a igreja de São Gonçalo que sempre foi mais frequentada e das esmolas se sustentava o Ermitão e com ela conservavam com decência e veneração a dita Igreja que edificou um clérigo para nela fazer vida eremítica com consentimento dos de Mogadouro de quem era o sítio o qual o largou com condição de que havia de apresentar ermitão que sempre teve até nosso tempo e no qual se acrescentou uma herdade da Casa de Távora e dentro dela ficou a sobredita Igreja que se mandou arruinar ficando somente a capela-mor que de presente serve para se recolherem os gados e em memória da devoção que os lugares vizinhos tinham ao Santo erigiu o Senhor da mesma Casa um capitel sobre colunas salomónicas em que está a imagem de São Gonçalo, obra de alabastro, mas com impossibilidade de se celebrar nela o Santo Sacrifício da Missa.<sup>11</sup>

#### IV

Os dois documentos citados fornecem mais dados essenciais para a discussão proposta: em 1571, dez anos após o seu martírio, os familiares Távora de Gonçalo da Silveira registam em documento oficial a intenção e responsabilidade de financiar a construção, manutenção e melhoramentos futuros, *para sempre*, de uma ermida a São Gonçalo; em nenhum momento referem tratar-se do de Amarante, datando de 1563-1567 a primeira intenção de beatificação do mártir de Monomotapa.

É certo que o culto a São Gonçalo de Amarante fora reconhecido em 1551, e que, coincidentemente, em 1561 D. Sebastião reabriu o processo de beatificação junto do Arcebispo de Braga, sendo esta concedida a 16 de Setembro do mesmo ano e que, apesar de nunca ter sido canonizado, granjeou a condição de santo. Bem-aventurado e beatificado fora São Gonçalo de Amarante, bem-aventurança e beatificação se reclamava então para o mártir Gonçalo da Silveira. Ambos *Gonçalo*, assim se terá resolvido a invocação da ermida – e possivelmente também da homonomia se terá alimentado o equívoco entre ambos os cultos.

Assim e objectivamente, em 1571 temos notícia de uma ermida na qual se poderia em breve celebrar o ofício divino, mas nenhuma referência a qualquer forma arquitectónica singular, registando-se ainda a possibilidade de a prover com «algum ornamento ou alguma outra coisa para que decentemente se pudesse nela celebrar».

Em 1720 a ermida está arruinada, tendo no entretanto dos tempos

11 Agostinho Dias da Silva [1720, padre] *apud* MOURINHO, A., "Documento n.º 262", *op. cit.*, p.165. "Instituição e doação de Luís Alvares de Távora da ermida e horta de São Gonçalo junto ao Azinhoso". RODRIGUES, Luís Alexandre, "O Monóptero de S. Gonçalo: Uma Proposta de Leitura", *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, DCTP-FLUP, 2003, p. 412, pp. 411-421.

sido «erigido um capitel sobre colunas salomónicas em memória da devoção que os lugares vizinhos tinham e em que está a imagem de São Gonçalo, contudo sem a possibilidade de celebrar o santo sacrifício».

«Prover a ermida com algum ornamento», para além do que pudesse relacionar-se com a celebração, aqui poderá estar implícita a intenção de em breve edificar algo singular, o que poderá aliás ser a efectiva razão para a formalidade do documento público de 1571, vinculando os Távora a um propósito superior, como o seria memorar a acção do mártir jesuíta Gonçalo da Silveira sobretudo envolvendo interesses maiores do reino. Casimiro Machado vai mesmo mais longe, sugerindo que a família Távora, ao receber os privilégios do martírio de Gonçalo da Silveira, ergueu o monóptero para celebrar o décimo aniversário da sua morte.<sup>12</sup> Sendo argumento favorável à presente interpretação, sublinhe-se contudo que é necessário considerá-la com muitas reservas, remetendo para a leitura formal da obra e situando-a nos diferentes espaços de produção arquitectónica da época, o que por si só exponencia ainda mais o risco de tal afirmação lapidar, sobretudo se se atender às circunstâncias que tensionavam a estabilidade de referentes locais e globais, tanto quanto de modelos e séries decorrentes, colocados em contacto.

Ainda assim a inequívoca existência da Memória em 1720 fica atestada pelo segundo documento citado, apesar de este não nos fornecer quaisquer pistas para a data de construção, se mais recuada no tempo ou se mais recente. Interessante notar é a designação da Memória como *um capitel sobre colunas*, entendendo a edícula como uma enorme coluna, constituída, como o são as colunas, por base, fuste e capitel. Aliás, e denotando a erudição da composição, este proporcionamento ou correspondência entre a coluna como elemento arquitectónico e o edifício composto como se de uma coluna se tratasse opera-se em três escalas: (1) a coluna propriamente dita; (2) a coluna enquanto fuste,

12 "Do arrazoado exposto, parece lícito concluir, porque é humano e lógico, que a geral glorificação do virtuoso mártir justamente envaidecesse a opulenta e nobre família, sempre desejosa de maior importância, não só derivada da riqueza, mas de honrosos feitos. | É, portanto, de admitir que desejasse memorar por forma perdurável a exemplar acção do familiar apóstolo, e o fizesse com elevada ideia e como era costume em certos casos de espiritual valor: erguer condigno e piedoso monumento em sua intenção e íntimo louvor, a santo de sua habitual devoção." MACHADO, Casimiro, *Mogadouro: Um Olhar sobre o Passado*, Mogadouro, Câmara Municipal de Mogadouro, 1998, p. 249. Refira-se ainda que divergimos da interpretação de o monumento ter sido erguido em devoção a São Gonçalo de Amarante, até porque, enquanto hipótese em construção, a ermida dedicada a este santo e a Memória a (São) Gonçalo da Silveira poderão-deverão ter coexistido; ou, em outros termos, a construção da ermida terá sido o *alibi* para a edificação da Memória.

tendo por base o estrato dos pedestais e das cancelas, e o entablamento por capitel; e (3) esta última composição enquanto fuste, em que o pódio se constitui como base, e a cúpula, devidamente ornamentada por cornija arquivada e balaustrada, corresponde ao ‘capitel’. Esta concepção e controlo da escala do objecto articula assim a presença da edícula tanto na escala do corpo humano, para quem está no pódio ou entrou no recinto, como na escala da clareira definida pelas ruínas da ermida e por portentosos carvalhos, projectando-nos ainda nas escalas do território e daquilo que nos transcende.

Seja como for, a função do monóptero não seria a do ritual litúrgico mas sim a de memorar.

Os documentos em discussão situam assim a intenção da obra a partir de 1571 e anterior a 1720, sendo que estará argumentada a proposta de o monóptero ter por função memorar o martírio de Gonçalo da Silveira. A hipótese de o *ornamento* referido em 1571 respeitar já ao propósito de construção imediata da Memória será teoricamente credível, se bem que possa não resistir a interpretações mais estabilizadas.

## V

A proposta de leitura de Luís Rodrigues situa precisamente o contexto temporal de produção do monóptero no início do século XVIII, considerando até que o documento de 1720 corresponda a primeiro registo de obra acabada de fazer, admitindo porém que a vetustez do pretérito *erigiu* possa remontar a 1671, data da entrada em Lisboa da opção pelo fuste espiralado “em resultado de uma encomenda feita em Itália para a igreja do Loreto.”<sup>13</sup> Mesmo sublinhando a estranheza da obra, própria contudo de pequenas obras experimentais, a proposta do autor coaduna-se com o sentimento artístico e interpretação fundamentada por comparação de modelos e séries – com a produção nacional quase sempre numa posição subordinada face ao panorama internacional –, de estarmos perante uma obra do limiar do barroco português do início de Setecentos, em transição para o início do reinado de D. João V, com possível influência das representações, obras ou tratados de arquitectura de Jeronimo del Prado, Juan Bautista Villalpando e Juan Caramuel y Lobkowitz<sup>14</sup> no que à problemática hierosolimita e templária diz respeito, na opção seja pela planta centralizada seja pelas colunas salomónicas.

A experimentação clássica da composição centralizada através de micro-arquitecturas, ou de arquitecturas dentro de arquitecturas,

13 RODRIGUES, L., *op. cit.*, p. 414.

14 Del Prado (1547-1595), Villalpando (1552-1608) e Caramuel y Lobkowitz (1606-1682); de Hollanda (1517-1585).

entre renascimento, maneirismo e barroco, é igualmente convocada por Luís Rodrigues através da referência a San Carlo Borromeo, com a preferência pela planta centralizada para o tabernáculo da eucaristia, e a Francisco de Holanda, referindo o sacrário<sup>15</sup> da *Lembrança para a Capela do Santíssimo Sacramento em forma de Hóstia*, uma das obras que cerca de 1571 *falecia à cidade de Lisboa*.<sup>16</sup> E a propósito desta última, charola no centro da qual encontrar-se-ia o sacrário e nele a custódia, estabeleça-se analogia com a concepção escalonar entre elementos, partes e espaços arquitectónicos atrás referida a propósito da Memória de Gonçalo da Silveira.

Por fim, o autor atribui mesmo um sentido de discurso identitário nacionalista associado às guerras fronteiriças, fosse ainda a da Restauração fosse a da Sucessão espanhola dos primeiros quinze anos do século XVIII, considerando a invocação de São Gonçalo de Amarante enquanto "elemento da hagiografia portuguesa".<sup>17</sup>

Assim, se nos apoiamos e convergimos com a matriz interpretativa proposta por Luís Rodrigues, pelo facto de defendermos que o monóptero tem por função memorar o martírio de Gonçalo da Silveira, será então pertinente reequacioná-la à luz desta hipótese.

## VI

No que às tentativas de situar as circunstâncias cronológicas e autorais ou referenciais diz respeito, não é objectivo do presente contributo encetar agora tal reinterpretção, antes sim reabrir caminho à discussão no pressuposto da plena aceitação da dedicação e função da obra aqui propostas. Considerando o contributo em aberto de uma das autoras,<sup>18</sup> arriscamos contudo registar aqui algumas das premissas e hipóteses com que nos deparamos, com mais dúvidas do que certezas, e mesmo correndo o risco de certa licenciosidade interpretativa diacrónica decorrente de uma formação arquitectónica nos processos de concepção e prática do projecto, da teoria e da história.

Memorar significa estabelecer um espaço e uma distância relativos ao acontecimento propriamente dito, acto recorrente e cíclico enquanto houver lembrança, com certa prevalência ou intensidade em certos meses, anos, décadas, ..., datas 'certas' que muitas vezes acrescentam nova acção ou registo comemorativo. Neste sentido será pertinente atentar

15 RODRIGUES, L., *op. cit.*, p. 417.

16 *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, Francisco de Holanda (1517-1585).

17 RODRIGUES, L., *op. cit.*, p. 413-414.

18 CAPITÃO, Catarina Lopes, *Memória do Martyrium de Dom Gonçalo da Silveira: O Monóptero de Penas Róias, Mogadouro*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Porto, FAUP, 2020.

aos momentos relacionados com o processo de beatificação de Gonçalo da Silveira: de 1571, uma década após o seu martírio, data o documento público lavrado em Lisboa, já após a carta régia de D. Sebastião de 1563 e sequente abertura do pedido de beatificação por Manuel Coutinho em 1567; 1571 é também a data atribuída a algumas obras de Francisco de Holanda, já no seu regresso de Roma, e para além do projecto para Lisboa atrás referido, é também o possível autor da composição centralizada da igreja de Bom Jesus de Valverde,<sup>19</sup> em Évora, tendo ainda tratado o problema do templo de Salomão e das colunas de fustes helicoidais; ainda associado a esta data será também de sublinhar que quer del Prado quer Villalpando eram jesuítas, assim companheiros de missão de da Silveira, o que poderá ter mobilizado um eventual interesse pelo processo do mártir português, nomeadamente em período de União Ibérica.

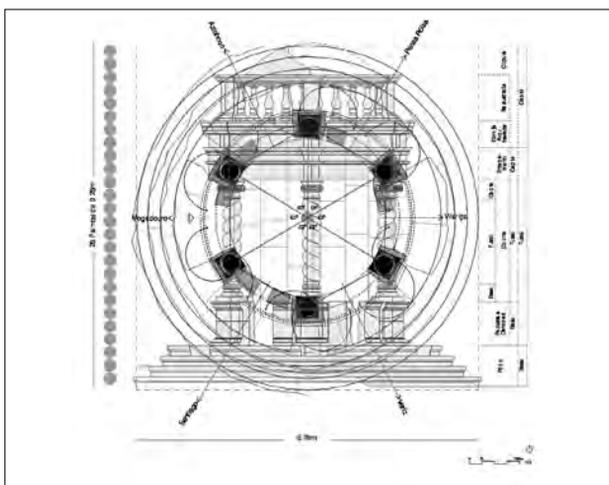
Em 1629 Filipe III apelava ao papa no sentido de aceitação do pedido de beatificação, seguindo-se em 1631 o alento pela elevação de Gonçalo da Silveira a bem-aventurado, e em 1632-1633 à formalização do pedido; paralelamente há notícia da presença de Juan Caramuel y Lobkowitz em 1653 em Portugal,<sup>20</sup> sendo que em 1636 celebrar-se-iam os 75 anos do martírio do jesuíta.

Da erudição do desenho da Memória, expressa na complexidade e possível simbologia do seu traçado tanto quanto no absoluto rigor do seu aparelho arquitectónico-construtivo, e que aqui evocamos através da representação da planta e do alçado sobrepostos, cabe sublinhar a recorrência do número seis, sejam as colunas, de capitéis jónicos, sejam as seis voltas e meia que cada uma sofre, com forte aperto,<sup>21</sup> seja ainda o domínio da concepção a várias escalas – exemplificando, o vínculo e referenciação territorial da sua orientação relativamente às povoações no centro das quais se posiciona. Igualmente singular é a execução das duas arquivadas cada uma delas em duas aduelas horizontais, o que provavelmente garante a estabilidade da estrutura até ao presente, e cuja dificuldade de assentamento em obra nos questionamos; e por fim o seu dimensionamento com base no palmo de 26cm. Correspondendo possivelmente ao palmo de Malta colocará este último detalhe a possibilidade de tratar-se de um arquitecto de aí oriundo ou tendo aí praticado? Apesar da imediata associação da vinda de Nicolau Nasoni para Portugal

- 19 Proposta em SEGURADO, Jorge, *Francisco d'Ollanda*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 356, e discutida em CABRAL, Marta Maria, *Bom Jesus de Valverde: um estudo da igreja e do claustro do convento*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, FAUP, 1988, p. 73-95.
- 20 RODRIGUES, L., *op. cit.*, p. 420. Isto além da proximidade territorial entre Salamanca e o Sudoeste transmontano.
- 21 Tão forte que provoca *estrangulamento*; assim, a opção pelo fuste helicoidal representa o principal *ornamento* na "desornamentada estrutura". RODRIGUES, L., *op. cit.*, p. 414.



por intermédio da família Távora, ser a construção da Memória anterior a 1720 inviabiliza esta hipótese – além de até à sua chegada a sua obra ser mais pictórica-escultórica do que no pleno domínio construtivo da arquitectura.<sup>22</sup> Precisamente pela mesma natureza de razões, mas da geração anterior, arquitecto e engenheiro maltês com formação junto dos jesuítas em Roma, Carlo Gimach actua em Portugal entre 1695 e 1712, nomeadamente na Beira-Douro, lembrando aqui a sua intervenção no mosteiro de Salzedas ou ainda ser a família Távora – conde de São João da Pesqueira – um dos seus comitentes. No que concerne à Memória em Penas Róias, em 1711 assinalar-se-iam os 150 anos do martírio de Gonçalo da Silveira; carece assim de análise mais pormenorizada o desenrolar das aspirações, venturas e desventuras políticas dos Távora, no curso do século e meio compreendido entre 1571 e 1720.



[4]

Sobretudo carecem de discussão futura e alargada tanto as hipóteses aqui colocadas como outras que, no re-conhecer da obra, possam ainda e pertinentemente ser equacionadas.

Assim, mais do que contrapor hipóteses em tão longo período, é objectivo deste contributo colocar em discussão tanto a sua amplitude como as possibilidades de autoria ou modelos à luz da função da obra enquanto Memória-Martírio dedicada a Gonçalo da Silveira: filho de Luís da Silveira, acolhido no seio da família Távora, jesuíta português da primeira geração, mártir na difusão da fé e da política e comércio portugueses no Índico, entre Adamastor e Taprobana.

## BIBLIOGRAFIA

- CAPITÃO, Catarina Lopes,  
*Memória do Martyrium de Dom Gonçalo da Silveira: O Monóptero de Penas Róias, Mogadouro*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Porto, FAUP, 2020.  
<https://hdl.handle.net/10216/131809>
- CORREIA, Francisco,  
*O Venerável Padre Gonçalo da Silveira: Proto-Mártir da Africa-Austral (1521-1561)*, Editorial A.O. Braga, 2006.
- GOMES, Paulo Varela,  
*Arquitectura, Religião e Política em Portugal no século XVII: A Planta Centralizada*, Porto, Ed. FAUP, 2001.
- MACHADO, Casimiro Henriques de Moraes,  
*Mogadouro: Um Olhar sobre o Passado*, Mogadouro, Câmara Municipal de Mogadouro, 1998.
- MOURINHO, António Rodrigues,  
*Documentos para o Estudo da Arquitectura Religiosa na Antiga Diocese de Miranda do Douro-Bragança: 1545 a 1800*, Típalto – Tipografia do Planalto, 2009.
- RODRIGUES, Luís Alexandre,  
*De Miranda a Bragança: Arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Porto, FLUP, 2001.
- O Monóptero de S. Gonçalo*  
*Uma Proposta de Leitura, Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, DCTP-FLUP, 2003, pp. 411-421.  
[ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7551.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7551.pdf)
- TAVARES, Manuel Vilas-Boas,  
"Gonçalo da Silveira: Um jesuíta da primeira globalização", *Brotéria*, 192-3, Março 2021, 249-264.  
*Gonçalo da Silveira, um missionário da primeira globalização*, Dissertação de Mestrado em História do Império Português, FCSH-UNL, 2020.  
<http://hdl.handle.net/10362/118013>
- CRÉDITOS DAS IMAGENS
- [1] PAP, Paulo Alves Pereira, Março 2018  
[2] PAP, Março 2018  
[3] David Rodrigues, Fevereiro 2020  
[4] Catarina Capitão e Carla Garrido de Oliveira, Novembro 2020 | Novembro 2021

O QUE VALE UM  
TRABALHADOR PARA  
A EMPRESA?  
Ana Carrilho

AUTONOMIA  
UNIVERSITÁRIA: UMA  
SITUAÇÃO INQUIETANTE  
Walter Osswald

CHINA EM BUSCA DA  
“PROSPERIDADE COMUM”  
Luís Mah

A FÉ  
QUE SE CELEBRA  
José Frazão Correia SJ

BÍBLIA  
E RACISMO  
Francisco Martins SJ

DO ESPÍRITO DO LUGAR AO  
LUGAR DO ESPÍRITO  
Catarina Capitão  
Carla Garrido de Oliveira

UM ELOGIO  
DA MEDIAÇÃO DA ARTE  
Martim Sousa Tavares

FOI DEUS. O MÍSTICO E O  
SAGRADO EM AMÁLIA  
Ricardo Nunes

+  
Caderno Cultural

NAUFRÁGIO  
DE CLÁUDIA VEREJÃO

*A METAMORFOSE  
DOS PÁSSAROS*

*PLANTO DE MARIA PARDA*

REVISTA PUBLICADA PELOS JESUÍTAS  
DESDE 1902

[www.broteria.org](http://www.broteria.org)